



**Excelentíssimo Senhor
Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

Assunto: Processo de atribuição de apoios no âmbito do Regime Jurídico de Apoio às Atividades Culturais (RJAAC)

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores entrega à Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a V. Ex.^a, para efeito de admissão, perguntas com pedido de resposta escrita, dirigidas ao Governo Regional, nomeadamente à Secretaria Regional da Educação e dos Assuntos Culturais.

Angra do Heroísmo, 4 de maio de 2022

Com os melhores cumprimentos,

O Grupo Parlamentar do BE/Açores

(António Lima)

(Alexandra Manes)

Exma. Sra. Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais

O Regime Jurídico de Apoio às Atividades Culturais é um instrumento fundamental para a concretização de projetos artísticos nos Açores.

Este mecanismo apoia, financeiramente, projetos que se candidatem em diversas áreas, como artes visuais, artes performativas, património cultural, eventos, aquisição, manutenção e reparação de instrumentos musicais, edições de obras culturais, entre outras.

Lamentavelmente, tem sido recorrente, ano após ano, o incumprimento, por parte do Governo Regional dos Açores, dos prazos legalmente estabelecidos para a análise das candidaturas, comunicação aos candidatos e atribuição do apoio.

O Regime Jurídico de Apoio às Atividades Culturais estabelece que após a apresentação das candidaturas, as comissões de apreciação têm 30 dias para analisar os projetos e comunicar ao Governo a sua deliberação. Depois de receber as atas com estas deliberações o Governo tem 15 dias úteis para decidir sobre a viabilidade de cada projeto e os montantes a atribuir.

O prazo para apresentação de candidaturas para projetos culturais a realizar em 2022 terminou no dia 31 de agosto do ano passado. O que significa que, cumprindo os prazos legais, a decisão do Governo sobre os projetos culturais que se candidataram a estes apoios públicos devia ter sido tomada antes de novembro do ano passado.

Não é aceitável que seis meses depois do prazo legal para a comunicação aos candidatos sobre os montantes que vão receber para os seus projetos, e já quase a meio do ano em que os projetos são implementados, os agentes culturais continuem sem saber com que apoios podem contar.

Esta situação faz com que muitos dos projetos culturais sejam concretizados sem que os promotores saibam se vão ter apoio público ou não, e também com que muitos projetos não avancem por falta de garantias de viabilidade financeira.

Nada disso aconteceria se os prazos para dar resposta às candidaturas fossem cumpridos.

Com este modo de funcionamento, a Direção Regional da Cultura, que devia promover e impulsionar a cultura, acaba por ser a primeira entidade a criar dificuldades ao sector, que neste momento, ainda por cima, está a tentar reerguer-se depois de dois anos muito difíceis, em que esteve praticamente paralisado devido à pandemia.

Em resposta a anterior requerimento do Bloco de Esquerda sobre esta matéria (SE/2022/358, de 28 de abril de 2022), o Governo Regional justifica o atraso com a “necessidade de substituição de vários elementos que integraram as comissões de apreciação”.

Este argumento é inaceitável. Até porque, seguindo os prazos legalmente definidos, as comissões de apreciação teriam que comunicar ao Governo a sua deliberação sobre os projetos até ao fim dos meses de setembro do ano passado. Mas, de acordo com a informação prestada pelo governo em resposta ao referido requerimento do Bloco de Esquerda, as comissões de apreciação só reuniram pela primeira vez em fevereiro (“Artes Visuais”, “Património Cultural” e “Programas Interdisciplinares”), março (“Aquisição de instrumentos musicais, fardamento, trajes e repertório”) e abril (“Edições de Obras”, “Bolsas de Criação Artística – Criação Literária”, “Audiovisual e Multimédia” e “Artes Performativas”).

Ou seja, todas as comissões de apreciação reuniram em datas que não cumprem o que está legalmente estabelecido. O facto de os membros do júri de todas estas comissões prestar este serviço a título voluntário, pode estar a contribuir para este problema, porque retira ao Governo a capacidade para exigir assertivamente o cumprimento dos prazos.

Este problema pode ser ultrapassado com a criação de uma Bolsa de Consultores e Especialistas para apreciação dos projetos e das atividades artísticas candidatas a apoio financeiro através do RJAAC, procedimento, aliás, implementado pela Direção-Geral das Artes para a atribuição de apoios à cultura a nível nacional.

Os interessados em integrar as referidas comissões podem inscrever-se na Bolsa de Consultores e Especialistas. Para isso, têm que ter experiência profissional mínima de três anos (para a função a que se inscrevem) e conhecimento especializado nas áreas artísticas ou na área cultural, domínios de atividade, gestão financeira ou cultural.

A inscrição na bolsa não confere o direito ao interessado de ser selecionado, constituindo apenas uma manifestação de disponibilidade para o exercício das funções. O desempenho de funções é remunerado.

Este método confere mais transparência ao processo de seleção do próprio júri – porque permite um processo aberto em que são selecionados para as comissões de apreciação as pessoas com melhor currículo e mais experiência profissional, em vez de ser uma escolha arbitrária por convite – e permite um grau de exigência muito superior para o cumprimento dos prazos legais de apreciação das candidaturas, fazendo com que todo o processo decorra de forma célere, para que os apoios cheguem atempadamente a todos os projetos selecionados.

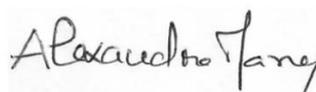
Nos termos estatutários e regimentais e atendendo ao exposto, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda Açores solicita resposta às seguintes questões:

1. De acordo com a resposta a anterior requerimento, o governo previa que a última reunião das várias comissões de apreciação se realizasse a 27 de abril. O Governo confirma que todas as comissões de apreciação já concluíram o seu trabalho? Solicita-se o envio das atas das reuniões.
2. Tendo em conta que todas as reuniões das comissões de apreciação já terão sido realizadas, e que após receber as respetivas atas o governo tem 15 dias para decidir sobre a viabilidade de cada projeto e os montantes a atribuir. Quando é que o Governo prevê que serão comunicados os resultados aos candidatos?
3. O Governo Regional admite a hipótese de vir a criar uma Bolsa de Consultores e Especialistas, cujo trabalho nas comissões de apreciação seria remunerado, à semelhança do processo seguido pela Direção-Geral das Artes?

O Grupo Parlamentar do BE/Açores



(António Lima)



(Alexandra Manes)

Angra do Heroísmo, 4 de maio de 2022